

Burkina Faso

Mulheres morrem "aos milhares" durante gravidez e parto

por LusaOntem 

As mulheres no Burkina Faso estão a morrer durante a gravidez e o parto porque a discriminação de que são alvo as impede de terem acesso a cuidados de saúde reprodutiva e sexual, denuncia a Amnistia Internacional (AI).

"A mortalidade materna é uma tragédia que priva milhares de famílias das suas esposas, mães, irmãs e filhas todos os anos", afirma Claudio Cordone, secretário-geral interino da organização, sublinhando que, "enquanto não for permitido às mulheres terem controlo sobre o seu corpo, vão continuar a morrer aos milhares".

Todos os anos, mais de duas mil mulheres morrem no Burkina Faso devido a complicações durante a gravidez e o parto, segundo dados do governo - mortes que a organização de defesa dos direitos humanos considera "desnecessárias".

No relatório "Giving Life, Risking Death" ("Dando Vida, Arriscando a Morte"), a Amnistia sustenta que "muitas destas mortes poderiam ser facilmente evitadas se as mulheres tivessem acesso atempado a cuidados de saúde adequados" e pudessem "tomar decisões importantes em relação à sua gravidez".

"Toda a mulher tem direito à vida e a cuidados de saúde apropriados e o governo deveria redobrar os seus esforços em relação à mortalidade materna evitável", declarou Claudio Cordone, acrescentando que, "no Burkina Faso, as mulheres estão presas num ciclo vicioso de discriminação que torna a maternidade potencialmente letal".

Segundo a AI, a maioria das mulheres do país está subordinada aos homens, tendo pouco ou nenhum controlo sobre decisões importantes da sua vida reprodutiva, como quando e com que periodicidade engravidar.

"Apesar de terem o mesmo estatuto do que os homens segundo a lei, mulheres e raparigas continuam a ser sujeitas a casar ainda muito jovens e à mutilação genital feminina", denuncia a organização.

Reconhecendo que o governo do Burkina Faso, com o auxílio da comunidade de doadores, desenvolveu estratégias ambiciosas que diminuíram a taxa de mortalidade materna em algumas zonas do país, a Amnistia salienta que "estas acções são minadas por falhas na implementação e falta de responsabilização do pessoal médico".

De acordo com o relatório da AI, o acesso desigual a instalações de saúde adequadas, especialmente nas áreas rurais, a escassez de material médico e de pessoal especializado e atitudes negativas ou discriminatórias por parte dos profissionais de saúde inibem as mulheres de procurar tratamento médico.

As autoridades do Burkina Faso reagiram ao relatório que lhes foi previamente enviado agradecendo o "importante e meticuloso" trabalho realizado pela AI, garantindo que as más práticas do pessoal médico foram "casos isolados" e reiterando o seu empenho na resolução do problema da mortalidade materna.

Por seu lado, a Amnistia exige ao governo que "melhore e alargue o acesso aos serviços de planeamento familiar, remova as barreiras financeiras aos serviços de saúde maternos, assegure uma distribuição uniforme das instalações de saúde e de pessoal especializado por todo o país e crie um mecanismo de responsabilização acessível e bem divulgado para combater a corrupção e a má administração".

Acabar com a mortalidade materna no Burkina Faso faz parte da campanha "Exija Dignidade", que a Amnistia lançou em Maio de 2009.

O Burkina Faso é um dos países mais pobres do mundo, ocupando o 177º lugar entre 182 países no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 das Nações Unidas.